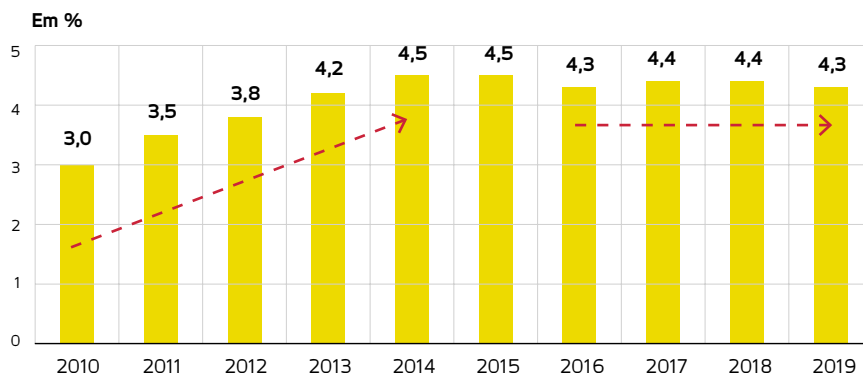


GASTOS TRIBUTÁRIOS EM RELAÇÃO AO PIB – 2010 A 2019

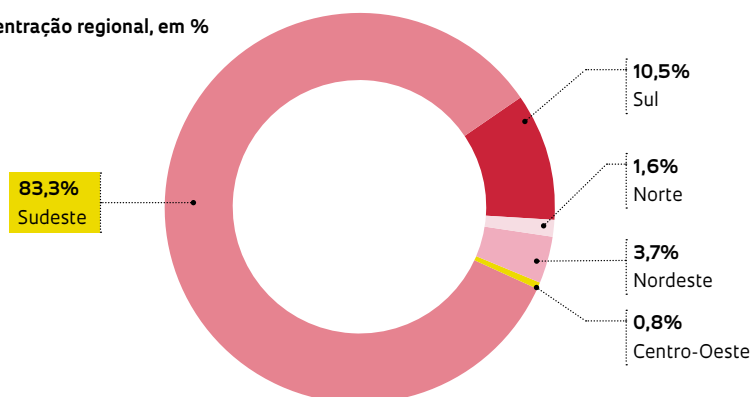
- ▶ A desoneração fiscal reduz o montante de tributos devidos pelas empresas e demais organizações para incentivá-las a determinadas práticas de interesse público. Sua adoção implica perdas de arrecadação potencial, cujas estimativas são denominadas gastos tributários¹. Considerando a trajetória desses gastos em relação ao PIB no Brasil, na última década, observa-se aumento expressivo até 2014 e certa estabilidade nos últimos anos da série



PESO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS ASSOCIADOS A PD&I – 2019

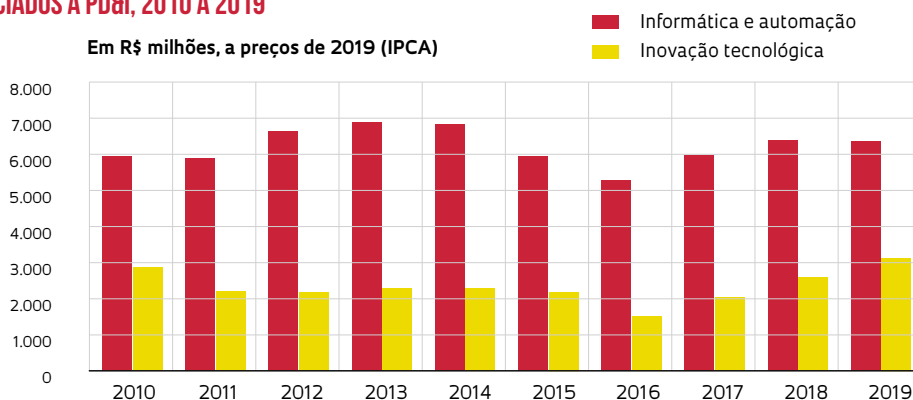
- ▶ A desoneração fiscal para estimular as atividades de PD&I empresarial no país se dá diretamente na Lei do Bem² e como exigência de contrapartida na Lei de Informática³. Em 2019, os gastos tributários decorrentes desses incentivos corresponderam a 3,1% do total ou 0,12% do PIB, percentuais menores que os registrados em 2010 (4,5% e 0,14%, respectivamente)

Concentração regional, em %



EVOLUÇÃO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS ASSOCIADOS A PD&I, 2010 A 2019

- ▶ Os gastos tributários da Lei do Bem, sistematicamente menores que os da Lei de Informática, perderam importância entre 2010 e 2017, tendência só revertida em 2018 e 2019



NOTAS (1) COMO A PERDA DE ARRECADADAÇÃO PELA DESONERAÇÃO FISCAL NÃO PODE SER OBSERVADA DIRETAMENTE, A SUA MENSURAÇÃO REQUER PREMISSAS CONTRAFCTUAIS, OU SEJA, HIPÓTESES E CRITÉRIOS PARA ESTIMAR O VALOR QUE PODERIA TER SIDO ARRECADADO NA AUSÊNCIA DAS MEDIDAS DE DESONERAÇÃO FISCAL (2) LEI Nº 11.196/2005 (3) LEI Nº 8.248/1991 E SUAS ALTERAÇÕES

FONTES RECEITA FEDERAL E IBGE, SÉRIE HISTÓRICA IPCA